



**CLIPPING INTERNET**  
**22/07/2020 ATÉ 22/07/2020**



# INDÍCE

---

1	AÇÕES CORREGEDORIA	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	1
	1.2 SITE SINDJUS.....	2
2	AÇÕES TJMA	
	2.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	3
	2.2 SITE O MARANHENSE.....	4
3	CORREIÇÕES	
	3.1 SITE O MARANHENSE.....	5
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG CELSO ALMEIDA.....	6
	4.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	7
	4.3 BLOG GILBERTO LEDA.....	8
	4.4 SITE DIÁRIO DE BALSAS.....	9
	4.5 SITE G7 MARANHÃO.....	10
	4.6 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	11
	4.7 SITE SJ NOTÍCIAS MA.....	12
5	JUÍZES	
	5.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	13 14
	5.2 SITE O MARANHENSE.....	15
6	SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	
	6.1 SITE IMIRANTE.COM.....	16
7	VARA CRIMINAL	
	7.1 SITE NOCA.....	17 18
	7.2 SITE O MARANHENSE.....	19
8	VARA DA FAMÍLIA	
	8.1 BLOG MARRAPÁ.....	20
	8.2 BLOG MINUTO BARRA.....	21
	8.3 SITE IMIRANTE.COM.....	22
	8.4 SITE O MARANHENSE.....	23
9	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	9.1 BLOG DIEGO EMIR.....	24
	9.2 BLOG ENQUANTO ISSO NO MARANHÃO.....	25
	9.3 BLOG JORGE ARAGÃO.....	26
	9.4 BLOG MARRAPÁ.....	27
	9.5 PORTAL PINDARÉ.....	28
	9.6 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	29

## **Polícia Civil faz busca e apreensão na Prefeitura de São Pedro dos Crentes**

A Polícia Civil do Maranhão realizou na manhã de hoje (21) operação de busca e apreensão na Prefeitura de São Pedro dos Crentes.

A ação foi desencadeada pela Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic). As investigações apuram possíveis irregularidades em licitações da ordem de R\$ 400 mil.

O prefeito Lahesio Rodrigues - que teve um celular apreendido - se diz vítima de perseguição do governador Flávio Dino (PCdoB) e alega que o Tribunal de Justiça foi induzido a erro para poder autorizar as buscas.

Segundo ele, não houve licitação de mais de R\$ 400 mil, mas duas licitações de algo em torno de R\$ 200 mil.

A cidade de São Pedro dos Crentes ganhou notoriedade após as eleições de 2018, quando foi um das únicas três no Maranhão onde o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) conseguiu vencer.

O prefeito Lahesio tem feito forte oposição ao governador Flávio Dino e, por isso, diz que tem sido perseguido pelo Palácio dos Leões.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) ainda não emitiu comunicado oficial sobre a operação.

## Deputado Felipe dos Pneus comemora permanência do Banco da Amazônia em Santa Inês

22 de julho de 2020

Em seu pronunciamento na sessão desta quarta-feira, 22, o Deputado do Partido Republicanos, Felipe dos Pneus, comemorou a determinação da Justiça em manter em funcionamento o Banco da Amazônia em Santa Inês. De acordo com decisão da Superintendência do Basa no Maranhão, a agência iria funcionar até o dia 16 deste mês. Tão logo soube da notícia o parlamentar ingressou com Ação Popular contra o fechamento e também emitiu requerimento exigindo explicações para o encerramento das atividades em Santa Inês.

No discurso, Felipe agradeceu o empenho de demais autoridades e instituições que também travaram a luta no Poder Judiciário para impedir o fechamento da agência bancária. “Seria uma grande perda para uma cidade em pleno desenvolvimento” - destacou.

A Justiça acatou ação movida pela Associação dos Empregados do Banco da Amazônia. Pela decisão, caso o Basa descumpra estará sujeito a multa diária no valor de R\$ 50 mil. “Quanto mais poderes se unirem quem ganha é o povo” - enfatizou Felipe dos Pneus ao agradecer a luta em prol do Basa. Veja o pronunciamento do Deputado no vídeo abaixo.

CONTINUE

LENDO

EM

[http://diegoemir.com/2020/07/deputado-felipe-dos-pneus-comemora-permanencia-do-banco-da-amazonia-em-santa-ines/?utm\\_source=rss&utm\\_medium=rss&utm\\_campaign=deputado-felipe-dos-pneus-comemora-permanencia-do-banco-da-amazonia-em-santa-ines](http://diegoemir.com/2020/07/deputado-felipe-dos-pneus-comemora-permanencia-do-banco-da-amazonia-em-santa-ines/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=deputado-felipe-dos-pneus-comemora-permanencia-do-banco-da-amazonia-em-santa-ines)

## **TELETRABALHO: CNJ realiza debate sobre o futuro do trabalho remoto no Judiciário**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai realizar, às 15h da próxima quarta-feira (29/7), um evento para tratar do uso das novas tecnologias da informação nas atividades da Justiça. Com o tema “Trabalho remoto no Judiciário: resultados do uso da plataforma webex”, a palestra pretende debater o futuro do trabalho remoto no Poder Judiciário de todo Brasil, a partir dos resultados alcançados durante o período de pandemia da Covid-19.

Com duração de duas horas, o evento será transmitido pelo canal do CNJ no YouTube, que pode ser acessado no endereço eletrônico <https://www.youtube.com/user/cnj>. A palestra é direcionada a toda comunidade jurídica, mas também pode ser acompanhada pelo público em geral.

Evolução - Embora a pandemia da Covid-19 tenha trazido consequências nefastas sobre a população mundial, diversas nações também vivenciaram o avanço no uso de meios tecnológicos. Essa evolução também foi sentida nas organizações e, notadamente, nos serviços prestados pelo Poder Judiciário.

Durante o plantão extraordinário da Justiça maranhense, que perdurou do fim de março até o início de julho, novas práticas foram introduzidas com base em modernas ferramentas, o que contribuiu para “desburocratizar” processos e melhorar a oferta de serviços. Audiências passaram a acontecer no plano virtual, processos eletrônicos possibilitaram a migração das atividades para a tela do computador e o atendimento passou a ser realizado por e-mail, telefone e aplicativo de mensagens.

Na Justiça maranhense de 1º grau, durante o período do plantão extraordinário, que funcionou estritamente na modalidade remota, foram realizados cerca de 3 milhões de atos judiciais. Desde o dia 1º de julho, atuando em formato misto, com a retomada das atividades presenciais, já foram mais de 800 mil atos concretizados. Os números demonstram a alta produtividade do Judiciário e a manutenção do acesso à Justiça com todas as garantias constitucionais.

## **Polícia Civil cumpre mandado de busca e apreensão na Prefeitura de São Pedro dos Crentes/MA**

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), cumpriu, na manhã desta terça-feira (21), mandado judicial de busca e apreensão na Prefeitura de São Pedro dos Crentes/MA.

A ação, autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, teve como intuito a arrecadação de documentos para subsidiar um inquérito policial que apura suspeitas de fraude em licitação referente ao fornecimento de combustíveis no ano de 2018 e desvio de verba pública.

De acordo com a polícia, está sendo apurada a proximidade entre a prefeitura e a empresa vencedora da licitação, a falta de funcionamento do posto à época do contrato, além de disparidades entre documentos fiscais. O contrato investigado tem o valor de R\$ 425.954,25.

Também são investigadas notícias sobre a existência de funcionários fantasmas na municipalidade e o armazenamento irregular de combustíveis na garagem da prefeitura.

### Versão do prefeito

Em uma rede social, o prefeito de São Pedro dos Crentes, Lahesio Bonfim, se manifestou sobre a ação policial e afirmou que é vítima de perseguição.

“Já era de se esperar. Você vê que é uma coisa altamente de perseguição. Um assessor do governo, que mora na cidade, já vinha falando, meses e meses, que eles vinham me prender. Na semana passada ficou quente, era a qualquer momento que vinham me prender”, declarou.

O prefeito se defendeu da acusação de irregularidade na licitação: “Mostrei para o delegado onde foi o erro. Ele disse que eu paguei R\$ 458 mil numa licitação. E eu provei para ele que ele colocou aquilo dali juntando duas licitações diferentes, dois CNPJs diferentes, para induzir o Tribunal [de Justiça] ao erro”, afirmou Lahesio Bonfim no vídeo.

## **Polícia Civil cumpre mandado de prisão por violência doméstica**

A Polícia Civil do Maranhão, por intermédio da Superintendência de Polícia Civil da Capital - SPCC (Delegacia do 20º DP - Parque Vitória, Delegacia Especial da Mulher e as Seccionais Norte e Sul), no início da tarde desta terça-feira (21.07.2020), deu cumprimento a mandado de prisão preventiva em desfavor de autor da prática de Violência Doméstica.

O investigado estava descumprindo medidas protetivas de urgência e estava ameaçando a sua ex-companheira. Os procedimentos iniciais foram feitos pela DEM e a prisão foi decretada pela Juíza Lúcia Helena Barros.

Após os procedimentos de praxe, o preso foi encaminhado ao Sistema Penitenciário em Pedrinhas - São Luís, onde permanecerá à disposição da Justiça.

A prisão foi efetuada no bairro Filipinho, na capital São Luís/MA e foi Coordenada pelo Delegado Damasceno e Delegada Sara Bonfim.

## **Polícia Civil prende acusado de homicídio em Lago da Pedra/MA**

A Polícia Civil da Delegacia de Lago da Pedra, pertencente a 14ª Delegacia Regional de Polícia Civil, efetuou nesta terça-feira (21), a prisão do indivíduo se deu em cumprimento a um mandado de prisão expedido pelo Juiz da Primeira Vara do município.

O indivíduo é acusado de participação no homicídio que vitimou Edivanilson de Sousa Mota. O crime aconteceu no dia 09 de março de 2020.

Naquela data, os elementos, invadiram a casa de Edivanilson, em busca de uma arma, que seria de propriedade da vítima e de uma motocicleta, que supostamente, teria sido subtraída por Edivanilson.

Após revistarem a casa da vítima, os bandidos o colocaram dentro de um carro e o levaram para o lixão da cidade, onde executaram o crime.

Anteriormente, a Polícia Civil, já havia efetuado a prisão de outro elemento, sendo ele também acusado de participação no crime. Os dois indivíduos ficarão a disposição do poder judiciário maranhense na Penitenciária de Pedreiras.



## **Deputado Felipe dos Pneus comemora permanência do Banco da Amazônia em Santa Inês**

22 de julho de 2020

Em seu pronunciamento na sessão desta quarta-feira, 22, o Deputado do Partido Republicanos, Felipe dos Pneus, comemorou a determinação da Justiça em manter em funcionamento o Banco da Amazônia em Santa Inês. De acordo com decisão da Superintendência do Basa no Maranhão, a agência iria funcionar até o dia 16 deste mês. Tão logo soube da notícia o parlamentar ingressou com Ação Popular contra o fechamento e também emitiu requerimento exigindo explicações para o encerramento das atividades em Santa Inês.

No discurso, Felipe agradeceu o empenho de demais autoridades e instituições que também travaram a luta no Poder Judiciário para impedir o fechamento da agência bancária.

“Seria uma grande perda para uma cidade em pleno desenvolvimento” – destacou.

A Justiça acatou ação movida pela Associação dos Empregados do Banco da Amazônia. Pela decisão, caso o Basa descumpra estará sujeito a multa diária no valor de R\$ 50 mil.

“Quanto mais poderes se unirem quem ganha é o povo” – enfatizou Felipe dos Pneus ao agradecer a luta em prol do Basa.

## Denúncia anônima embasou inquérito em S. Pedro dos Crentes

Teve origem em uma denúncia anônima o inquérito policial que culminou com a operação de busca e apreensão deflagrada pela Polícia Civil, na manhã de terça-feira (21), na Prefeitura de São Pedro dos Crentes (saiba mais).

A informação consta do pedido do 2º Departamento de Combate à Corrupção (DECCOR) para que o Tribunal de Justiça do Maranhão autorizasse a ação. O aval foi concedido pelo desembargador Raimundo Melo.

Na cidade, a polícia apura suspeitas de fraude em licitação referente ao fornecimento de combustíveis no ano de 2018, e desvio de verba pública.

“Apura-se a proximidade entre o prefeito, Lahesio Rodrigues do Bonfim, e a empresa vencedora, o Auto Posto Fortaleza, a falta de funcionamento do posto à época do contrato, além de disparidades entre documentos fiscais”, diz comunicado emitido na tarde de ontem pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

O contrato investigado é de R\$ 425 mil. Também são investigadas notícias sobre a existência de funcionários fantasmas e o armazenamento irregular de combustíveis na garagem da Prefeitura.

Alvo da ação, o prefeito Lahesio Bonfim se diz vítima de perseguição do governador Flávio Dino (PCdoB) e aponta que um assessor do Governo do Maranhão que mora na cidade já havia antecipado, na semana passada, que a operação seria deflagrada.

“Já era de se esperar. Você vê que é uma coisa altamente de perseguição. O assessor do governador que mora na cidade, já vinha falando, meses e meses, que eles vinham me prender. Na semana passada ficou quente, era a qualquer momento que vinham me prender”, declarou.

Ele se defendeu da acusação de irregularidade em licitação de mais de R\$ 400 mil.

“Eu acabei de mostrar para o delegado onde foi o erro: ele disse que eu paguei R\$ 458 mil numa licitação. E eu provei para ele que ele colocou aquilo dali juntando duas licitações diferentes, dois CNPJs diferentes, para induzir o Tribunal [de Justiça] ao erro”, completou (saiba mais).

## **Felipe dos Pneus evita fechamento de agência bancária em Santa Inês**

por Jorge Aragão  
22 jul 2020

Em seu pronunciamento na sessão desta quarta-feira (22), o deputado estadual Felipe dos Pneus (Republicanos), comemorou a determinação da Justiça em manter em funcionamento o Banco da Amazônia em Santa Inês.

De acordo com decisão da Superintendência do Basa no Maranhão, a agência iria funcionar até o dia 16 deste mês. Tão logo soube da notícia o parlamentar ingressou com Ação Popular contra o fechamento e também emitiu requerimento exigindo explicações para o encerramento das atividades em Santa Inês.

No discurso, Felipe agradeceu o empenho de demais autoridades e instituições que também travaram a luta no Poder Judiciário para impedir o fechamento da agência bancária.

“Seria uma grande perda para uma cidade em pleno desenvolvimento”, destacou.

A Justiça acatou ação movida pela Associação dos Empregados do Banco da Amazônia. Pela decisão, caso o Basa descumpra estará sujeito a multa diária no valor de R\$ 50 mil.

“Quanto mais poderes se unirem quem ganha é o povo”, enfatizou Felipe dos Pneus ao agradecer a luta em prol do Basa.

## **Pai de Tuntum briga na Justiça por guarda do filho**

Destaque / 22 de julho de 2020 / 02h26 - Por Redação

Há exatos 3 anos e meio, tramita na 3ª Vara da Família da Comarca de São Luís um caso que tem comovido a população de Tuntum.

Trata-se de um processo judicial envolvendo a guarda do menor A.R.A.M.B.C., movido pelos avós maternos em desfavor do pai, o médico John Pablo Brasil Cunha, natural e residente em Tuntum.

De acordo com ele, após a morte de sua ex esposa em 2016, por suicídio, vem travando uma intensa e angustiante batalha judicial pela guarda do seu filho, tomada repentinamente por meio de uma medida liminar pela 3ª Vara da Família.

Sem que pudesse ser ouvido e sem que lhe fosse dado o direito de apresentação do contraditório sobre as falsas acusações que lhe foram imputadas na petição impetrada pelos avós maternos, a juíza acatou o pedido de medida liminar e determinou que a guarda do menor fosse retirada do pai e concedida aos avós.

Na ocasião, John Pablo ficou três meses sem direito de visita ao filho de apenas quatro anos de idade.

Foi essa arbitrariedade judicial que despertou profunda revolta e decepção, não só ao pai, avós e familiares do menor, mas de grande parte da população de Tuntum, a ponto de a população da cidade ter se manifestado publicamente por meio de um abaixo assinado com mais de quatro mil assinaturas, em apoio ao Dr. John Pablo.

Além de culpar o médico pelo suicídio da filha, os avós desenvolvem forte e grave alienação parental sobre o menor, dificultando o contato do mesmo com o pai, atrasando e até negando entregar o menor nos dias programados para visita ou início de férias, sem contar a imagem negativa do pai que tentam, fantasiosamente, construir junto ao menor.

Tal alienação desencadeou em um processo de alienação parental movido pelo pai em desfavor do menor, o qual, erroneamente, vem sendo utilizado para retardar o processamento definitivo da ação principal.

Pois, todos os argumentos utilizados pela magistrada para conceder a medida liminar que retirou o filho do pai já foram devidamente esclarecidos e/ou superados, o que, já é motivo suficiente para restituir a guarda do menor ao legítimo detentor do direito, que é o pai do menor.

John Pablo ingressaram com um pedido de medida cautelar para que a guarda do menor fosse restituída. Não restou outra alternativa ao pai, se não recorrer ao Tribunal de Justiça.

Desesperado e abalado com a situação, o pai apelou para o Legislativo Estadual, na tentativa de ver preservado o direito do menor em conviver com sua família legítima (pai, mãe de coração e irmã), requerendo do Poder

judiciário celeridade processual que o caso requer, por envolver interesse de menor de idade.

# **Santa Inês: Felipe dos Pneus comemora permanência do Banco da Amazônia**

## **Destaque / 22 de julho de 2020 / 02h00 - Por Redação**

Em seu pronunciamento na sessão desta quarta-feira, 22, o Deputado do Partido Republicanos, Felipe dos Pneus, comemorou a determinação da Justiça em manter em funcionamento o Banco da Amazônia em Santa Inês.

De acordo com decisão da Superintendência do Basa no Maranhão, a agência iria funcionar até o dia 16 deste mês. Tão logo soube da notícia o parlamentar ingressou com Ação Popular contra o fechamento e também emitiu requerimento exigindo explicações para o encerramento das atividades em Santa Inês.

No discurso, Felipe agradeceu o empenho de demais autoridades e instituições que também travaram a luta no Poder Judiciário para impedir o fechamento da agência bancária. “Seria uma grande perda para uma cidade em pleno desenvolvimento”, destacou.

A Justiça acatou ação movida pela Associação dos Empregados do Banco da Amazônia. Pela decisão, caso o Basa descumpra estará sujeito a multa diária no valor de R\$ 50 mil. “Quanto mais poderes se unirem quem ganha é o povo” - enfatizou Felipe dos Pneus ao agradecer a luta em prol do Basa.

Compartilhe

## **Após mãe bloquear contato no whatsapp, Justiça restabelece relação virtual entre pai e filho no Maranhão**

O pai da criança reside fora do Brasil e, de acordo com o pedido junto à Justiça, a mãe do menino teria bloqueado o contato do pai no celular do filho, para que os dois não conversassem, impedindo a realização ...

Por Minuto Barra

22/07/20 - Atualizado em 22/07/20

A 1ª Vara da Família de Imperatriz determinou a imediata retomada da relação virtual entre pai e filho, situação essa que estaria sendo dificultada pela mãe do menino. O pai da criança reside fora do Brasil e, de acordo com o pedido junto à Justiça, a mãe do menino teria bloqueado o contato do pai no celular do menino, para que os dois não conversassem, impedindo a realização de chamadas de áudio e vídeo. A decisão, em caráter de urgência, foi assinada pela juíza titular Ana Beatriz Jorge Maia.

Relata a ação que o homem acusava a mãe da criança de descumprir determinação judicial de convivência familiar, e estava dificultando o contato 'paterno-filial'. De acordo com o autor da ação, o menino começou a apresentar diversas desculpas, como o fato de estar ocupado com os estudos e não ter tempo para atender as chamadas. Ele relata, ainda, que isso nunca havia acontecido e comprovou a situação através de áudios. A decisão observa que a atitude da mãe configura indícios de alienação parental, que será abordada em outra ação.

Na decisão judicial, Ana Beatriz Jorge enfatizou a importância de promover o desenvolvimento saudável e integral do filho em comum. A magistrada entendeu que o distanciamento familiar poderia resultar em consequências imprevisíveis e prejuízos incalculáveis às partes e ao menino. Em caso de eventual descumprimento da decisão, o Judiciário estabeleceu à mãe uma multa de R\$ 10 mil reais. CONTINUE LENDO ABAIXO A MATÉRIA;

CONTINUE

LENDO

EM

<https://minutobarra.com.br/justica/apos-mae-bloquear-contato-no-whatsapp-justica-restabelece-relacao-virtual-entre-pai-e-filho-no-maranhao/>

## **Deputado Felipe dos Pneus comemora permanência do Banco da Amazônia em Santa Inês**

Em seu pronunciamento na sessão desta quarta-feira, 22, o Deputado do Partido Republicanos, Felipe dos Pneus, comemorou a determinação da Justiça em manter em funcionamento o Banco da Amazônia em Santa Inês. De acordo com decisão da Superintendência do Basa no Maranhão, a agência iria funcionar até o dia 16 deste mês. Tão logo soube da notícia o parlamentar ingressou com Ação Popular contra o fechamento e também emitiu requerimento exigindo explicações para o encerramento das atividades em Santa Inês.

No discurso, Felipe agradeceu o empenho de demais autoridades e instituições que também travaram a luta no Poder Judiciário para impedir o fechamento da agência bancária. “Seria uma grande perda para uma cidade em pleno desenvolvimento” - destacou.

A Justiça acatou ação movida pela Associação dos Empregados do Banco da Amazônia. Pela decisão, caso o Basa descumpra estará sujeito a multa diária no valor de R\$ 50 mil. “Quanto mais poderes se unirem quem ganha é o povo” - enfatizou Felipe dos Pneus ao agradecer a luta em prol do Basa.

Veja o pronunciamento do Deputado no vídeo abaixo.

CONTINUE

LENDO

EM

<http://portalpindare.com.br/index.php/deputado-felipe-dos-pneus-comemora-permanencia-do-banco-da-amazonia-em-santa-ines/>



Prefeitura de São Pedro dos Crentes é investigada por fraude e desvio de verba pública Polícia Civil investiga um contrato no valor de R\$425.954,25 e possíveis funcionários fantasmas. (Crédito foto: Divulgação PC/MA)--- CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE ---A Polícia Civil do Maranhão através da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), cumpriu, na manhã desta terça-feira (21), um mandado judicial de busca e apreensão na Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes.A ação foi autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e tinha como objetivo a apreensão de documentos para um inquérito policial que apura suspeitas de fraude em licitação e desvio de verba pública.De acordo com a polícia, estão sendo investigadas a relação da prefeitura com uma empresa de fornecimento de combustível, a falta de funcionamento desta à época do contrato, disparidades entre documentos fiscais, além da existência de funcionários fantasmas.Também estão sendo investigados o contrato no valor de R\$425.954,25 e o armazenamento irregular de combustíveis na garagem da prefeitura.

## **Será que começaram as perseguições aos prefeitos opositores a Flávio Dino?**

A Polícia Civil realizou operação na prefeitura de São Pedro dos Crentes, interior do Maranhão. Uma operação desencadeada pela Polícia Civil do Maranhão realizou na manhã desta terça-feira (21), Busca e Apreensão na prefeitura de São Pedro dos Crentes. O objetivo fora no sentido que possa confirmar um inquérito por suspeitas de fraude em licitação referente ao fornecimento de combustíveis no ano de 2018.

O Superintendente da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), Delegado Roberto Fortes, relatou, que na operação fora cumprido o Mandado Judicial de Busca e Apreensão na Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes.

De acordo com o superintendente, a operação contou com a anuência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Na ênfase, a ação teve como intuito, a arrecadação de documentos para subsidiar um inquérito policial que apura suspeitas de fraude em licitação referente ao fornecimento de combustíveis no ano de 2018, e desvio de verba pública.

Segundo ainda o superintendente da Seccor, está sendo investigado, a proximidade entre o prefeito, Lahésio Rodrigues do Bonfim, e a empresa vencedora, a Auto Posto Fortaleza. Onde se suspeita diversos crimes, como a falta de funcionamento do posto à época do contrato, além de disparidades entre documentos fiscais.

O contrato investigado tem o valor de R\$425.954,25 (quatrocentos e vinte cinco mil, novecentos e cinquenta e quatro reais, e vinte e cinco centavos). Também são investigadas as suspeitas de notícias sobre a existência de funcionários fantasmas na municipalidade e o armazenamento irregular de combustíveis na garagem da Prefeitura.

Outro lado

O prefeito Lahésio, que é opositor ao governador Flávio Dino, disse que está sendo vítima de perseguição política. Ele fez uma transmissão no Instagram para se defender e alegar a perseguição. “Você vê que é uma coisa altamente de perseguição. O assessor do governador que mora na cidade, já vinha falando, meses e meses, que eles vinham me prender. Na semana passada ficou quente, era a qualquer momento que vinham me prender”, disse o prefeito.

Lahésio disse que houve erro do delegado porque ele não pagou os R\$ 458 mil numa licitação, mas que foram juntadas duas licitações diferentes, dois CNPJs diferentes.

Por Clodoaldo Corrêa

## **Divórcios no Maranhão aumentaram 79% durante a pandemia**

No Brasil, o aumento foi de 18,7%. O aumento coincide com a autorização nacional para que divórcios possam ser feitos de forma remota.

KARINE MELO/AGÊNCIA BRASIL

22/07/2020 às 16h43

MARANHÃO - O número de divórcios consensuais realizados pelos cartórios de notas do país, durante a quarentena decretada pela pandemia do novo coronavírus, entre os meses de maio e junho deste ano, aumentou. O Maranhão está entre os 24 Estados do país que apresentaram maior crescimento, com aumento de 79% no número de divórcios neste período.

No Brasil, o aumento foi de 18,7%. O aumento coincide com a autorização nacional para que divórcios, inventários, partilhas, compra e venda, doação e procurações possam ser feitos de forma remota, por videoconferência por meio da plataforma e-Notariado.

Desde maio, o Provimento nº 100, editado pela Corregedoria Nacional de Justiça, disciplinou a realização de atos à distância pelos cartórios de notas de todo o país. Desta forma, atos de divórcios consensuais e que não envolvam menores passaram a ser resolvidos de forma mais prática e rápida, sem a necessidade de deslocamentos ou encontros entre as partes, ao mesmo tempo ou em momentos distintos, utilizando inclusive o aparelho celular.

### Números

Em números absolutos, os divórcios consensuais passaram de 4.471 em maio para 5.306 em junho de 2020. Houve crescimento em 24 estados brasileiros, especialmente no Amazonas (133%), Piauí (122%), Pernambuco (80%), Maranhão (79%), Acre (71%) Rio de Janeiro (55%) e Bahia (50%). Segundo o levantamento, apenas três unidades federativas não viram crescimento neste período: Amapá, Mato Grosso e Rondônia.

“Muitos atos notariais, não só os divórcios, mas também as escrituras de compra e venda de imóveis, estavam represados em razão da pandemia e do isolamento social, e a autorização para a prática de atos online destravou esta barreira, fazendo com o que o fluxo dos negócios jurídicos e da formalização da vontade das partes pudesse voltar a ser feito, agora também de forma online, mas com a mesma segurança que o ato praticado presencialmente em cartório”, explica a presidente do Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal, Giselle Oliveira de Barros.

Na comparação com o mês de junho de 2019, também houve uma leve alta em nível nacional, 1,9%. Ao todo, 15 unidades da Federação registraram crescimento: Amazonas (30%), Distrito Federal (8,5%), Espírito Santo (18,4%), Goiás (33,8%), Minas Gerais (13,5%), Mato Grosso do Sul (36,1%), Mato Grosso (14,9%), Paraná (21,8%), Rondônia (31,2%), Roraima (100%), Rio Grande do Sul (7,8%), Santa Catarina (28,3%), Sergipe (40,9%), Tocantins (5,3%) e São Paulo (1,9%).

Segundo o Colégio Notarial do Brasil, por causa das restrições ou redução de horário de funcionamento online e

presencial e da diminuição das equipes de atendimento no início da pandemia, nos meses de março e abril, o número de atos em cartórios caiu drasticamente.

CONTINUE

LENDO

EM

<https://imirante.com/maranhao/noticias/2020/07/22/divorcios-no-maranhao-aumentaram-79-durante-a-pandemia.shtml>

## Justiça de Imperatriz restabelece relação virtual entre pai e filho

Segundo a Justiça, a mãe do menino estaria dificultando o contato da criança com o pai, que mora fora do Brasil.  
DIVULGAÇÃO/CGJ-MA  
22/07/2020 às 16h01

IMPERATRIZ - A 1ª Vara da Família de Imperatriz determinou a imediata retomada da relação virtual entre pai e filho. Segundo a Justiça, a mãe do menino estaria dificultando o contato da criança com o pai, que mora fora do Brasil. A mulher teria bloqueado o contato do pai no celular do menino, para que os dois não conversassem, impedindo a realização de chamadas de áudio e vídeo.

Relata a ação que o homem acusava a mãe da criança de descumprir determinação judicial de convivência familiar, e estava dificultando o contato 'paterno-filial'. De acordo com o autor da ação, o menino começou a apresentar diversas desculpas, como o fato de estar ocupado com os estudos e não ter tempo para atender as chamadas.

Ele relata, ainda, que isso nunca havia acontecido e comprovou a situação através de áudios. A decisão observa que a atitude da mãe configura indícios de alienação parental, que será abordada em outra ação.

Na decisão judicial, a juíza titular da 1ª Vara da Família de Imperatriz, Ana Beatriz Jorge Maia, enfatizou a importância de promover o desenvolvimento saudável e integral do filho em comum. A magistrada entendeu que o distanciamento familiar poderia resultar em consequências imprevisíveis e prejuízos incalculáveis às partes e ao menino.

Em caso de eventual descumprimento da decisão, o Judiciário estabeleceu à mãe uma multa de R\$ 10 mil reais.

### Pandemia

Outro ponto levado em consideração na decisão foi o fato de que a pandemia do Coronavírus trouxe mudanças ao calendário escolar e, por isso, as férias estão com data suspensa ou modificada, o que impossibilita que a criança viaje ao encontro do pai, direito já consolidado em sentença anterior.

Frente a isso, a juíza deliberou que o homem tenha livre acesso presencial ao filho quando estiver no Brasil, em qualquer período do ano, desde que não traga qualquer prejuízo à rotina da criança. Para tal, ele deverá notificar a mãe da criança com 48 horas de antecedência.

A decisão esclarece que, na impossibilidade de realização de chamada de áudio ou vídeo por aparelho telefônico, a mãe da criança deverá disponibilizar meio de comunicação semelhante, a exemplo de 'Google Meet', 'Skype' ou 'Zoom'. A magistrada determinou, ainda, que durante o contato virtual não deve haver nenhuma interferência da genitora ou de terceiros para que se possa estabelecer uma completa e efetiva relação entre pai e filho.

Casos semelhantes

## **Erro**

Sobre a operação em São Pedro dos Crentes, o prefeito Lahesio Rodrigues disse que o Poder Judiciário foi levado ao erro.

Segundo ele, o pedido à Justiça para busca e apreensão na prefeitura foi feito com base em equívoco que colocou pagamento de duas licitações para somente uma empresa.

Segundo Rodrigues, os R\$ 400 mil pagos para fornecimento de combustível ocorreu para duas empresas e não uma, como foi exposto na ação com pedido de busca e apreensão.

### Resposta

A operação deixou Lahesio Rodrigues indignado e o fez usar termos pesados para classificar o governador Flávio Dino (PCdoB).

Expressões a parte, o prefeito disse que vai provar que houve erro na operação da Polícia Civil.

Lahesio disse ainda que vai provar para a todos que a operação nada mais foi do que perseguição política do governador contra a gestão dele.

## **Estado e Caema condenados a reformar Estação Elevatória de Esgoto**

A Estação Elevatória de Esgoto que fica no Residencial Novo Tempo II, que fica próxima à Ceasa São Luís - O Estado do Maranhão e Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão foram condenados a reformarem a Estação Elevatória de Esgoto que fica no Residencial Novo Tempo II, que fica próxima à Ceasa. A sentença, datada de dezembro de 2017, foi proferida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha, e confirmada recentemente pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. Conforme a sentença, assinada pelo juiz Douglas Martins, deverão os réus indenizar pelos danos ambientais causados no valor de R\$ 50.000,00, a ser revertido ao Fundo Estadual de Direitos Difusos.

A sentença é resultado de ação foi ajuizada pelo Ministério Público Estadual, após ter recebido representação do síndico geral do condomínio "Novo Tempo II". O MP afirmou que os órgãos seriam responsáveis solidariamente pela poluição causada aos manguezais próximos ao sítio Santa Eulália, em decorrência do lançamento de esgotos não tratados, oriundos do referido condomínio residencial, construído pelo Estado do Maranhão. Relata a ação que a estação teria sido construída em desobediência a alguns padrões técnicos, e que a Caema, mesmo chamada a assumir a responsabilidade sobre a estação, limitou-se a fechá-la para reparos em 28 de setembro de 2000 e, desde essa data, os esgotos continuaram a correr para o manguezal próximo sem nenhum tratamento.

### **Alegações**

A Companhia de Saneamento Ambiental argumentou que a estação funcionava normalmente e que os dejetos gerados pelo Condomínio Novo Tempo estariam sendo desviados pela estação elevatória e jogados no Poço de Visita, área externa ao referido condomínio. Já o Estado do Maranhão, em sede de defesa, argumentou à época que não houve demonstração de que houve danos ao meio ambiente, afirmando que a Caema assumiu a responsabilidade pelo lançamento dos esgotos não tratados.

A Companhia de Saneamento Ambiental argumentou que a estação funcionava normalmente e que os dejetos gerados pelo Condomínio Novo Tempo estariam sendo desviados pela estação elevatória e jogados no Poço de Visita, área externa ao referido condomínio. Já o Estado do Maranhão, em sede de defesa, argumentou à época que não houve demonstração de que houve danos ao meio ambiente, afirmando que a Caema assumiu a responsabilidade pelo lançamento dos esgotos não tratados. Uma audiência de instrução foi realizada, ocasião em que foram fixados os pontos controvertidos.

Na época, o juiz Douglas Martins observou que ficou comprovado durante a instrução processual o dano ambiental causado pelo Estado do Maranhão à área de manguezal e afluente do Rio Anil, decorrente do lançamento de esgotos sem tratamento, e que, daí, a CAEMA deverá responder pela poluição, tendo em vista que, desde o momento que recebeu a administração da estação de tratamento de esgoto, demorou mais de dois anos para solucionar o problema do lançamento de efluentes sem tratamento. Ficou comprovado, conforme Relatório de vistoria realizada pela Gerência de Meio Ambiente do Estado do Maranhão, que a estação de tratamento de esgoto construída no Residencial Novo Tempo II possuía eficiência zero e que os dejetos produzidos no residencial eram lançados in natura no manguezal.



“Essa é uma situação muito importante, pois envolve o meio ambiente. Nessa sentença que proferi em 2017 na qual condenei o Estado e a CAEMA a reformarem a Estação Elevatória do Residencial Novo Tempo II, ali perto da OAB, determinei também que fossem tomadas as providências em relação ao esgoto que estava sendo lançado ‘in natura’ pela CEASA, indo tuto ali pro Sítio Santa Eulália. É uma sentença que busca trazer soluções para esses problemas ambientais graves”, destacou Douglas Martins.

Por fim, o magistrado ressalta que a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve a sentença da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, também no sentido obrigar o Poder Público Estadual a adotar medidas necessárias com o objetivo de fazer cessar o dano ambiental causado, no prazo de 90 dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1 mil. Todos os valores de indenização e multa serão revertidos ao Fundo Estadual de Direitos Difusos.

Servidores da 3ª Vara Criminal de Caxias passam por teste de Covid-19 Covid-19Os servidores da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caxias, na Região dos Cocais, passaram por exames capazes de detectar a presença do novo Coronavírus no organismo. A iniciativa é da juíza titular da Unidade, Marcela Santana Lobo, e foi realizada, nessa segunda-feira (20), com apoio da Secretaria de Saúde municipal. Além da magistrada, foram testados servidores e estagiários que atuam na 3ª Vara. A medida é complementar aos protocolos de saúde já adotados na unidade, com base nas portarias conjuntas editadas pelo Tribunal de Justiça e Corregedoria da Justiça. De acordo com informações repassadas pela Unidade, a finalidade é resguardar a integridade dos servidores, promotores de justiça, defensores públicos, advogados e a sociedade em geral. As atividades presenciais ainda não foram retomadas completamente e o atendimento físico ainda é uma exceção. Ainda está vigente a Portaria Nº 2159/2020, editada no início deste mês, na qual a juíza Marcela Lobo estabelece o funcionamento da 3ª Vara Criminal de Caxias enquanto perdurar a pandemia e o risco de contaminação da Covid-19. Segundo o documento, o atendimento permanece virtual, sendo prestado por e-mail ([varacrim3\\_cax@tjma.jus.br](mailto:varacrim3_cax@tjma.jus.br)); aplicativo de mensagem Telegram ((99) 98262-0778) ou, ainda, por videoconferência. As solicitações de atendimento devem ser feitas das 08h às 12h e das 14h às 18h dos dias úteis. As demandas serão respondidas em até 24 horas após o recebimento, podendo ser prorrogada automaticamente para o dia útil seguinte, em casos de suspensão de expediente forense. Mensagens de áudio serão ignoradas. Para mais detalhes sobre carga, realização de videoconferência, consultas de processos que tramitam em segredo de Justiça e sobre a necessidade de atendimento presencial os interessados devem consultar os critérios estabelecidos Portaria Nº 2159/2020. Clique [AQUI](#) para consultar a íntegra da Portaria-TJ Nº 2159/2020.

Servidores da 3ª Vara Criminal de Caxias passam por teste de Covid-19 Covid-19Os servidores da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caxias, na Região dos Cocais, passaram por exames capazes de detectar a presença do novo Coronavírus no organismo. A iniciativa é da juíza titular da Unidade, Marcela Santana Lobo, e foi realizada, nessa segunda-feira (20), com apoio da Secretaria de Saúde municipal. Além da magistrada, foram testados servidores e estagiários que atuam na 3ª Vara. A medida é complementar aos protocolos de saúde já adotados na unidade, com base nas portarias conjuntas editadas pelo Tribunal de Justiça e Corregedoria da Justiça. De acordo com informações repassadas pela Unidade, a finalidade é resguardar a integridade dos servidores, promotores de justiça, defensores públicos, advogados e a sociedade em geral. As atividades presenciais ainda não foram retomadas completamente e o atendimento físico ainda é uma exceção. Ainda está vigente a Portaria Nº 2159/2020, editada no início deste mês, na qual a juíza Marcela Lobo estabelece o funcionamento da 3ª Vara Criminal de Caxias enquanto perdurar a pandemia e o risco de contaminação da Covid-19. Segundo o documento, o atendimento permanece virtual, sendo prestado por e-mail ([varacrim3\\_cax@tjma.jus.br](mailto:varacrim3_cax@tjma.jus.br)); aplicativo de mensagem Telegram ((99) 98262-0778) ou, ainda, por videoconferência. As solicitações de atendimento devem ser feitas das 08h às 12h e das 14h às 18h dos dias úteis. As demandas serão respondidas em até 24 horas após o recebimento, podendo ser prorrogada automaticamente para o dia útil seguinte, em casos de suspensão de expediente forense. Mensagens de áudio serão ignoradas. Para mais detalhes sobre carga, realização de videoconferência, consultas de processos que tramitam em segredo de Justiça e sobre a necessidade de atendimento presencial os interessados devem consultar os critérios estabelecidos Portaria Nº 2159/2020. Clique [AQUI](#) para consultar a íntegra da Portaria-TJ Nº 2159/2020.

## **Produtividade da Justiça de 1º Grau se aproxima de 4 milhões de atos durante a pandemia**

Desde que teve início o período de pandemia da Covid-19 e foi instituído o regime de plantão extraordinário no Poder Judiciário do Maranhão, juízes e servidores que atuam na Justiça de 1º Grau, composta por varas e juizados, já realizaram 3.729.317 movimentações processuais. Os dados contabilizados são do trabalho produzido no período de 23 de março até a última sexta-feira, 17 de julho.

Os dados são extraídos semanalmente pela Assessoria de Informática da Corregedoria Geral da Justiça nos sistemas de tramitação processual do Judiciário. A expectativa é de que, mantida a média de 270 mil movimentações das duas últimas semanas, até a marca de 4 milhões de atos seja ser alcançada até o próximo dia 24.

Dos mais de 3,7 milhões de atos já realizados, a magistratura maranhense foi responsável por 104,6 mil julgamentos, que são atos que põem termo final ao processo; 99,8 mil decisões, atos sobre alguma questão pontual, a exemplo de deliberar sobre uma petição, mas que põem fim ao processo; e 253 mil despachos, proferidos com a finalidade de deliberar sobre o cumprimento de ordens e garantir a movimentação processual.

Por sua vez, nas secretarias judiciais, os servidores foram responsáveis por 3.782.614 de movimentações. São atos como recebimento de petições eletrônicas, remessa de recursos ao segundo grau, expedição de documentos, cumprimento de mandados urgentes, emissão de certidões, juntada de documentos, realização de citações e intimações.

Além dos dados mensurados pela Assessoria de Informática, foram realizados milhares de atendimentos remotos via e-mail, telefone e aplicativos de mensagem, dados estes não contabilizados, mas que refletem a garantia da manutenção do atendimento ininterrupto à população.

Retomada - O atendimento presencial segue um processo de retomada gradual, devendo o usuário ficar atento para os critérios definidos em cada comarca, em razão do quadro sanitário de cada município. Além da possibilidade do atendimento presencial, o acesso aos serviços, conforme autorizado pelas portarias conjuntas editadas pelo Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça, pode ser feito por e-mail, telefone e aplicativos de mensagens.

No geral, o atendimento à população será feito até o final de julho respeitando o limite das 12h; em agosto, o funcionamento será estendido para 13h; e, em setembro, o horário de atendimento será até às 14h. Fora dos horários estabelecidos, funciona o regime de plantão para análise casos urgentes.

As medidas de segurança sanitária, visando garantir a integridade do quadro de pessoal da Justiça, dos operadores do Direito e da sociedade, vão perdurar até que os riscos de contaminação pela Covid-19 sejam eliminados. Essas medidas incluem o uso de máscaras, aferição de temperatura, higienização das mãos com álcool 70%, distanciamento e uso de tecnologias para atendimento remoto.



## **DIA DA MULHER NEGRA | O protagonismo da mulher negra na sociedade maranhense será tema de live na sexta-feira, 24**

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Comitê Estadual de Diversidade, promoverá nesta sexta-feira (24), às 10h, a Live "O protagonismo da mulher negra na sociedade maranhense", com a professora Nice Rejane da Silva Oliveira. A live faz parte da programação em alusão ao Dia da Mulher Negra, comemorado no dia 25 de julho.

A live será transmitida pelo canal oficial do TJMA no Instagram (@tjmaoficial) e a mediação será feita pela analista judiciária - bibliotecária, Joseane Cantanhede, membro do Comitê Estadual de Diversidade.

O Comitê de Diversidade - instituído pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo e coordenado pelo juiz Marco Adriano - objetiva assegurar o respeito aos direitos fundamentais aos diversos grupos da sociedade, assegurando-lhes o acesso à Justiça contra qualquer tipo de preconceito e violência, tais como racismo, sexismo, lgbtfofia, etarismo, capacitismo e gordofobia. Além disso, promover a conscientização, no âmbito interno do Poder Judiciário, para a necessidade de respeito à diversidade, visando à erradicação de preconceitos e práticas discriminatórias.

### **SOBRE A PALESTRANTE**

A professora Nice Rejane da Silva Oliveira é mestra em Ensino de História pela Universidade Federal do Tocantins (UFTO), no programa PPGEHIS - PROFHISTÓRIA, e licenciada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Professora da rede estadual de ensino do Estado do Maranhão, atualmente, é coordenadora do Programa de Formação de Professores " Caminhos do Sertão" da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), produtora cultural e presidenta da ASSARTI - Associação Artística de Imperatriz.

A professora Nice Oliveira tem interesse em pesquisas na área do Ensino de História, Imagem, Cinema, História e Cinema, Gênero e Cinema, Memória, Teoria da História e História e Cultura Afro-Brasileira.

### **PRINCIPAIS INFORMAÇÕES**

Live: "O protagonismo da mulher negra na sociedade maranhense"

Palestrante: Prof<sup>a</sup>. Nice Rejane da Silva Oliveira (Mestra em Ensino de História pela UFTO).

Mediadora: Joseane Cantanhede (Analista Judiciária - Bibliotecária / Membro do Comitê da Diversidade do TJMA)

Data: 24 de julho (sexta-feira), às 10 horas

Canal: Instagram @tjmaoficial

## CGJ inicia correição presencial em Araiões seguindo protocolos de prevenção

21/07/2020 22:11:00

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) realiza ao longo desta semana as primeiras correições gerais ordinárias presenciais em comarcas do interior do Estado, após a suspensão parcial do Plantão Extraordinário adotado pelo Poder Judiciário do Maranhão em prevenção ao novo Coronavírus. O juiz auxiliar Gladiston Cutrim está em Araiões correicionando, em sistema híbrido, as duas unidades judiciais da comarca (1ª e 2ª varas), a partir da análise dos processos virtuais e físicos. O magistrado conta com o suporte de assessores da Divisão de Correições da CGJ.

Magistrado e assessores trabalham utilizando todos os equipamentos de proteção pessoal, com máscaras dos tipos "face shield" que protege toda o rosto, e de pano que cobre nariz e boca completamente. Eles também utilizam álcool em gel 70º, luvas, e realizam uma rápida higienização dos processos analisados. É respeitado o distanciamento recomendado pelas autoridades de saúde, e trabalham em ambiente ventilado. Pelo Calendário Anual de Correições, a equipe da CGJ também vai atuar em correição na Comarca de Tutóia, com trabalhos que ocorrem até a próxima sexta-feira, 24.

A correição é realizada pelo sistema Auditus, com a extração automática dos dados processuais exigidos para o procedimento a partir da base unificada dos sistemas de gerenciamento da Justiça de 1º grau, nesse caso o Processo Judicial Eletrônico - Pje e Themis PG.

A função correicional consiste na fiscalização, orientação e inspeção permanente em todas as unidades jurisdicionais, secretarias judiciais, de secretarias de diretorias de fórum, serventias extrajudiciais, serviços auxiliares, polícia judiciária, estabelecimentos penais, sendo exercida pelo corregedor-geral da Justiça e pelos juízes corregedores, em todo o Estado do Maranhão, e pelos juízes de direito, nos limites de suas atribuições.

A correição é acompanhada pelo juiz - titular ou em exercício - da unidade jurisdicional, em conjunto com os servidores, que prestam a colaboração e o apoio necessários ao desenvolvimento das atividades correicionais. Durante a correição ordinária não há suspensão dos trabalhos da unidade, permanecendo a normalidade da distribuição, e o atendimento às partes e a seus procuradores, que atualmente é realizado por meio eletrônico, devido a suspensão das atividades presenciais no Judiciário pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e Tribunal de Justiça do Maranhão - TJMA.

**CALENDÁRIO** - Pelo [Anexo I](#) da [Portaria n.º 415/2020](#), as próximas unidades a serem correicionadas, no período de 3 a 7 de agosto, são a 1ª e 2ª varas de Rosário; a Comarca de Santa Rita; e em caráter extraordinário a Comarca de Vargem Grande, também na modalidade presencial híbrida.

## **Polícia Civil cumpre mandado de prisão preventiva por violência doméstica em São Luís**

**22/07/2020 15:59:18**

A Polícia Civil, por intermédio da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC) e das delegacias do bairro Parque Vitória, Especial da Mulher e as Seccionais Norte e Sul, deram cumprimento na tarde da última terça-feira (21) a um mandado de prisão preventiva em desfavor de um homem em razão da prática de violência doméstica, em São Luís.

Segundo a Polícia Civil, o investigado estava descumprindo medidas protetivas de urgência e estava ameaçando a sua ex-companheira. Os procedimentos iniciais foram feitos pela DEM e a prisão foi decretada pela Juíza Lúcia Helena Barros.

A prisão foi realizada no bairro do Filipinho, e após os procedimentos de praxe na delegacia, o preso foi encaminhado ao Sistema Penitenciário Pedrinhas de São Luís, onde permanecerá à disposição da Justiça.

POSTLINK%%



Servidores da 3ª Vara Criminal de Caxias passam por teste de Covid-19 Os servidores da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caxias, na Região dos Cocais, passaram por exames capazes de detectar a presença do novo Coronavírus no organismo. A iniciativa é da juíza titular da Unidade, Marcela Santana Lobo, e foi realizada, nessa segunda-feira (20/07), com apoio da Secretaria de Saúde municipal. Além da magistrada, foram testados servidores e estagiários que atuam na 3ª Vara. A medida é complementar aos protocolos de saúde já adotados na Unidade, com base nas portarias conjuntas editadas pelo Tribunal de Justiça e Corregedoria da Justiça. De acordo com informações repassadas pela Unidade, a finalidade é resguardar a integridade dos servidores, promotores de justiça, defensores públicos, advogados e a sociedade em geral. As atividades presenciais ainda não foram retomadas completamente e o atendimento físico ainda é uma exceção. Ainda está vigente a Portaria Nº 2159/2020, editada no início deste mês, na qual a juíza Marcela Lobo estabelece o funcionamento da 3ª Vara Criminal de Caxias enquanto perdurar a pandemia e o risco de contaminação da Covid-19. Segundo o documento, o atendimento permanece virtual, sendo prestado por e-mail ([varacrim3\\_cax@tjma.jus.br](mailto:varacrim3_cax@tjma.jus.br)); aplicativo de mensagem Telegram (99) 98262-0778) e ou, ainda, por videoconferência. As solicitações de atendimento devem ser feitas das 08h às 12h e das 14h às 18h dos dias úteis. As demandas serão respondidas em até 24 horas após o recebimento, podendo ser prorrogada automaticamente para o dia útil seguinte, em casos de suspensão de expediente forense. Mensagens de áudio serão ignoradas. Para mais detalhes sobre carga, realização de videoconferência, consultas de processos que tramitam em segredo de Justiça e sobre a necessidade de atendimento presencial os interessados devem consultar os critérios estabelecidos Portaria Nº 2159/2020. Clique [AQUI](#) para consultar a íntegra da Portaria-TJ Nº 2159/2020.

## **IMPERATRIZ | Parceria entre Judiciário e OAB possibilita digitalização de processos**

Uma parceria firmada entre a Ordem dos Advogados do Brasil (Subseção Imperatriz) e o Poder Judiciário vai possibilitar a digitalização de milhares de processos físicos que tramitam nas varas cíveis do Fórum Henrique de La Roque. De acordo com a juíza Ana Beatriz Jorge Maia, titular da 1ª Vara da Família e diretora do Fórum de Imperatriz, a expectativa é de que até o final do mês de novembro, todos os processos das Varas Cíveis estejam digitalizados, partindo para uma outra etapa que são os processos da Vara da Fazenda Pública.

Conforme a magistrada, a digitalização de processos segue o projeto desenvolvido pela Corregedoria Geral da Justiça e Tribunal de Justiça, o Digitalizar Já, que busca transformar o acervo físico das unidades judiciais em digital. "A Ordem dos Advogados do Brasil, em sua subseção aqui de Imperatriz, encampou essa campanha e aliou ao 'Lista Zero', desenvolvido por eles. O fórum já planejava essa digitalização e procuramos a OAB para essa parceria. De pronto, eles disponibilizaram tecnicamente (espaço, materiais de higiene, suporte) para que as atividades se iniciassem já durante a pandemia".

A juíza explicou que o Fórum Henrique de La Roque está passando por reforma na rede elétrica e adaptação das varas visando à segurança de servidores e público em geral, com a instalação de janelas com vidros, evitando entrada nas salas. Daí, ser essencial essa parceria junto à OAB. "A OAB, além de disponibilizar espaço físico para que o trabalho se iniciasse, conseguiu cerca de dez voluntários. São cinco voluntários pela manhã e cinco voluntários pela tarde, somados a alguns servidores do fórum que possibilitarão a migração automática do material digitalizado para os sistemas", observou.

**PROJETO** - As atividades de virtualização de processos que ocorrem em Imperatriz, a exemplo de outras unidades judiciais, seguem diretrizes do "Digitalizar Já", instituído no Judiciário maranhense por meio das Portarias Conjuntas N° 15/2019 e N° 16/2019, assinadas pela presidência do Tribunal de Justiça e pela Corregedoria Geral da Justiça. Esse projeto culminou na instalação de centrais de digitalização em fóruns do interior e na capital, além da realização de treinamento para secretários judiciais de todas as comarcas do Estado, acerca dos procedimentos de digitalização e migração. A CGJ também disponibilizou na página da internet ([www.tjma.jus.br/cgj](http://www.tjma.jus.br/cgj)) Cartilha Explicativa e outros materiais de orientação e normativos.

Entre os benefícios da digitalização processual, pode-se destacar: A otimização dos recursos físicos, humanos e orçamentários; Maior celeridade ao cumprimento dos comandos judiciais; Ampliação da transparência e a publicidade na tramitação processual; Geração de satisfação ao servidor com o ambiente de trabalho totalmente digital; Implantação de novas metodologias que possibilitem melhorar as rotinas de trabalho, a partir da utilização de um único sistema de acompanhamento processual (PJe); A ampliação da utilização do regime do teletrabalho e, ainda, a agilização na tramitação dos processos e o reforço do compromisso com a sustentabilidade.

Produtividade dos servidores e juizes de 1º Grau se aproxima de 4 milhões de atos Levantamento divulgado nessa terça-feira (21) pela Assessoria de Informática da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) atestou a alta produtividade dos servidores do Poder Judiciário do Maranhão no Regime de Plantão Extraordinário instituído devido à pandemia de Covid-19. No período de 23 de março até 17 de julho, juizes e servidores que atuam na Justiça de 1º Grau, composta por varas e juizados, já realizaram 3.729.317 movimentações processuais. Por conta dos resultados, o presidente em exercício do Sindjus-MA, George Ferreira, parabeniza servidores e magistrados pelo desempenho, destacando que a produtividade do Poder Judiciário do Maranhão manteve-se elevada apesar do Regime de Plantão Judiciário instaurado por conta da pandemia. O sindicato inclusive ressalta que grande parte dessa produtividade se deve ao trabalho realizado pelos mais de mil servidores incluídos no regime de trabalho de oito horas diárias ou sete ininterruptas, devido à concessão da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ). Segundo o levantamento, os servidores foram responsáveis por 3.782.614 de movimentações, entre atos como recebimento de petições eletrônicas, remessa de recursos ao segundo grau, expedição de documentos, cumprimento de mandados urgentes, emissão de certidões, juntada de documentos, realização de citações e intimações. Os magistrados foram responsáveis por 104,6 mil julgamentos, 99,8 mil decisões e 253 mil despachos. Além desses dados, foram realizados milhares de atendimentos remotos via e-mail, telefone e aplicativos de mensagem. A diretoria do Sindjus-MA entende que os dados de produtividade contabilizados refletem o trabalho realizado pelos servidores que cumprem funções remuneradas pela Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ). "Os servidores estão empenhados e dedicados a manter o Tribunal de Justiça do Maranhão entre os mais produtivos do país. Mesmo sem todos os benefícios a que temos direito, estamos trabalhando para manter a qualidade da prestação jurisdicional", disse o presidente em exercício do Sindjus-MA, George Ferreira. O pagamento da GAJ foi suspenso pela Portaria-GP - 4502020 do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), divulgada no dia 03 de junho de 2020, até que fosse permitida a presença física de servidores no turno de oito horas de expediente. Uma das alegações seria a impossibilidade de aferir a carga de trabalho do servidor, algo que foi rebatido pelo Sindjus-MA que apontou que o trabalho realizado pelos detentores da GAJ poderia ser aferido através da produtividade, a partir do estabelecimento de metas, como já é feito com os servidores que atuam em regime do teletrabalho. O pagamento da GAJ está contemplado no orçamento aprovado em 2019 para o exercício de 2020 para o Tribunal de Justiça do Maranhão. O Sindjus-MA solicitou e reiterou pedido de audiência com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo (Processo Nº 19899/2020) para tratar da suspensão da GAJ, que foi mantida no retorno gradual das atividades presenciais. Não obtendo uma resposta no ensejo da urgência em resolver a questão, o Sindicato ingressou com Procedimento de Controle Administrativo (PCA 0005132-67.2020.00.0000) no Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

## **PREFEITO ACUSA O GOVERNADOR FLÁVIO DINO DE PERSEGUIÇÃO E DIZ QUE A POLÍCIA CIVIL DO MARANHÃO SEGUINDO SUAS ORDENS INDUZIU DESEMBARGADOR A ERRO**

O Prefeito da cidade de São Pedro dos Crentes no Maranhão, Lahesio Rodrigues (PSDB), em uma Live enviada ao SJNOTÍCIASMA, falou que está sendo vítima de perseguição do governador Flávio Dino.

O prefeito acusa o delegado da Polícia Civil do Maranhão, responsável por apurar um inquérito ao seu desfavor, que apura uma suposta fraude em uma licitação, de ter juntado documentos de duas licitações colocando-as em só documento no autos do processo, para incrimin-lo, induzindo a justiça a erro.

Falou que a Polícia Civil esteve em sua residência, que foi invadida por policiais lotados na (Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção)(SECCOR). Disse que a polícia trabalhou a mando do governador Flávio Dino, para incrimin-lo, transformando-o réu, em um processo do qual ele é inocente.

Informou que o governador recebe informações privilegiadas do TJ-MA e que a intenção de Flávio Dino era convencer a justiça a condená-lo, para que ele fosse preso por um crime que ele não cometeu e que para isso, Dino estava usando a Polícia Civil do Maranhão e usando o seu prestígio como governador do Estado, para interferir no resultado da sentença junto ao desembargador relator do processo.

Veja aqui neste vídeo, onde o prefeito faz acusações graves ao governador Flávio Dino, a Polícia Civil do Maranhão e ao TJ-MA

CONTINUE LENDO EM <http://sjnoticiasma.blogspot.com/2020/07/prefeito-acusa-o-governador-flavio-dino.html>